



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIO/AL

Processo: 07249417520198020001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE CICERO DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., apresentar

IMPUGNAÇÃO AO CÁLCULO DA CONTADORIA

pelos termos que passa a expor.

Cumpre esclarecer que o cálculo da contadoria encontra-se equivocado com correção até 30/09/2024 e juros até 07/10/2024, vejamos:

(P) Parâmetros utilizados:

- 1 - IPCA-E/IBGE, da data do lançamento até 30/09/2024 (pro rata)
Juro legal simples de 1,00% ao mês sobre o valor corrigido, de 06/11/2019 até 07/10/2024

Ocorre que o pagamento foi realizado em 09/05/2023, vejamos:

| | | | | |
|----------------------------|--------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| | | | Nº DA CONTA JUDICIAL | |
| | | | 2100109349068 | |
| Nº DA PARCELA | | DATA DO DEPÓSITO | AGÊNCIA (PREF / DV) | TIPO DE JUSTIÇA |
| 0 | | 09/05/2023 | 3557 | ESTADUAL |
| DATA DA GUIA | Nº DA GUIA | Nº DO PROCESSO | TRIBUNAL | |
| 08/05/2023 | 2665951 | 07249417520198020001 | TRIBUNAL DE JUSTICA | |
| UF/COMARCA | ORGÃO/VARA | | DEPOSITANTE | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) |
| MACEIO | 5 VARA CIVEL DA CA | | RÉU | 12076,57 |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ |
| | | | Jurídico | |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE | | | TIPO DE PESSOA | CPF / CNPJ |
| JOSE CICERO DOS SANTOS | | | Física | 67892051449 |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | | |
| 99AAB6B368AB1E27 | | | | |

A data do pagamento deve ser utilizado como data final do cálculo, pois da referida data até o presente momento o valor está sendo atualizado pela instituição financeira, conforme preconiza a **Súmula 179, STJ**, vejamos:

O estabelecimento de crédito que recebe dinheiro, em depósito judicial, responde pelo pagamento da correção monetária relativa aos valores recolhidos.

Neste sentido, tem-se o julgado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. **DEPÓSITO JUDICIAL CESSA A RESPONSABILIDADE DA PARTE DEVEDORA SOBRE A CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA SOBRE A QUANTIA DEPOSITADA, CABENDO TAL RESPONSABILIDADE AO BANCO DEPOSITÁRIO.** UNÂNIME. RECURSO PROVIDO NA EXTENSÃO EM QUE CONHECIDO. (Agravado de Instrumento, Nº QUE CONHECIDO 70083302042, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Katia Elenise Oliveira da Silva, Julgado em: 18-12-2019)

(grifos nossos)

Diante do exposto, pugna pela rejeição do cálculo da contadoria e nova remessa para adequação correta dos cálculos com data final em 09/05/2023.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

MACEIO, 23 de outubro de 2024.

RAFAELLA BARBOSA
OAB/AL 18671

